

Atividade profissional:

Na Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., desde 11 de abril de 2013 em exercício de funções de Chefe de Divisão de Contencioso e Contraordenações do Departamento Jurídico, nomeada em substituição pelo Despacho n.º 8187/2013, publicado no *Diário da República* n.º 119, 2.ª série, de 24 de junho de 2013.

Na Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P., entre novembro de 2008 e fevereiro de 2012 (como técnica superior em Regime de Prestação de Serviços, na modalidade de Contrato de Avença até 30 de junho de 2010 e em regime de Contrato Individual de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado desde 1 de julho de 2010), no âmbito das competências consignadas ao departamento jurídico e a partir dessa data até 10 de abril de 2013, na Divisão de Apoio Jurídico do Instituto da Água, I. P. e na Divisão de contencioso e contraordenações do Departamento Jurídico da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.: instrução de processos de contraordenação por infrações ambientais; contencioso administrativo, judicial e civil; elaboração de pareceres jurídicos, protocolos, procedimentos de concurso público; apoio jurídico ao Conselho de Região Hidrográfica do Tejo.

Na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de maio de 2003 a 16 de novembro de 2008 — no Gabinete Jurídico: instrução e representação em juízo de processos de contraordenação por infrações ambientais; integrou grupo de trabalho para a adoção de medidas destinadas a agilizar a instrução dos processos de contraordenação; elaboração de informações técnicas; preparação e criação da base de dados para os processos de contraordenação; acompanhamento e apoio jurídico, na implementação do

Sistema de Gestão Documental — GDOC — na área das contraordenações, das “Normas de Procedimento para Tramitação dos Processos de Contra Ordenação na CCDR-LVT”; na aplicação da *Lei-Quadro das Contra Ordenações Ambientais* (Lei 50/2006, de 29 de agosto); contencioso administrativo e judicial; participação na preparação e apresentação de ação de formação sobre elaboração de Autos de Notícia e enquadramento legal dos factos na legislação em vigor, ministrada pela CCDR-LVT (GAJ) e dirigida a agentes da fiscalização (Guardas da Natureza e EPNA da GNR).

Na Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (DRAOT-LVT), de setembro de 2000 a abril de 2003 — Gabinete Jurídico: instrução e representação em juízo de processos de contraordenação por infrações ambientais; acompanhamento de processos de contencioso administrativo.

Na Direção Regional do Ambiente (DRA), de setembro de 1997 a agosto de 2000 — Gabinete Jurídico: instrução e representação em juízo de processos de contraordenação por infrações ambientais.

Na Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo (DRARN), de outubro a dezembro de 1996 — estágio na área do Direito do Ambiente e Recursos Naturais, no âmbito da instrução de processos de contraordenação. De janeiro a agosto de 1997 — Gabinete Jurídico, levantamento e análise dos processos de contraordenação instaurados entre 1994 e 1997, por infrações em matéria ambiental; coautora do “*Estudo evolutivo dos processos de contraordenação instruídos pelo Gabinete Jurídico (de 1994 a 1997)*”; instrução de processos de contraordenação na fase administrativa e preparação da fase judicial e de cobrança coerciva dos mesmos.

Outras atividades relevantes:

De novembro de 2007 a 2009 — Informação e Apoio Jurídico aos associados da DECO através do serviço de informação da DECO Proteste, Editores, L.ª, prestando, em matéria relacionadas com o direito de consumo, garantias dos particulares, direito fiscal, contratos de direito privado, arrendamento urbano e comercial, segurança social, direito da família, direito do trabalho, entre outras.

De novembro de 1996 até 30 de junho de 2010 — Exerceu advocacia, na qualidade de mandatária e de defensora oficiosa ou patrona nomeada pela Ordem dos Advogados, no âmbito do Apoio Judiciário, em todas as áreas do direito, com especial relevância no Direito Penal, Direito Civil, Direito da Família e Menores, Direito do Trabalho e Direito Administrativo, em diversas Comarcas do país.

208800101

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 8226/2015

Faz-se público, nos termos do n.º 2.º do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, a extinção por caducidade por decurso do prazo de vigência do contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo e feldspato, a que corresponde o n.º C-88 de cadastro e a denominação de Madalena, sito na freguesia de Ferreira de Aves,

concelho de Sátão, distrito de Viseu, celebrado em 17 de dezembro de 1998 com a Empresa Argigal — Sociedade de Argilas de Portugal, S. A. publicitado através de Aviso no *Diário da República* 3.ª série, n.º 119, de 22 de maio de 1999.

O presente aviso está também disponível na página eletrónica desta Direção-Geral.

7 de julho de 2015. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.

308780785

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete do Secretário de Estado do Mar

Despacho n.º 8229/2015

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º e da alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei 11/2012, de 20 de janeiro:

1 — Determino a cessação, a seu pedido, das funções que a assistente técnica Sara Joana Pantaleão Pereira da Costa vinha desempenhando como secretária pessoal no meu gabinete, para as quais foi nomeada pelo despacho n.º 11567/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 5 de setembro de 2013.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de julho de 2015.

15 de julho de 2015. — O Secretário de Estado do Mar, *Manuel Pinto de Abreu*.

208801869

Despacho n.º 8230/2015

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de secretária pessoal no meu gabinete, Maria da Conceição dos Santos Marques, assistente técnica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2015, cessando, a partir da mesma data, as funções de apoio técnico-administrativo, para que foi designada pelo meu despacho n.º 13026/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 27 de outubro de 2014.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

15 de julho de 2015. — O Secretário de Estado do Mar, *Manuel Pinto de Abreu*.

Maria da Conceição dos Santos Marques nasceu em Angola a 24 de novembro de 1964. Possui o Ensino Secundário e diversos cursos de formação. Ingressou na função pública em 1983 na Ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuário, onde exerceu funções na Direção de Serviços Externos. Em 1988-1990, destacada para o Gabinete do Ministro da Agricultura, Alimentação e Pescas, onde exerceu funções na área administrativa, no Gabinete de Apoio. De 1991-1995, transferida para o quadro de pessoal da Direção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agroalimentar (atualmente designado por Gabinete de Planeamento e Políticas-GPP), onde exerceu funções de secretariado da Presidência. Em 1996-2004, destacada para o Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, onde desempenhou funções de secretariado aos Adjuntos do Senhor Ministro, tendo à sua responsabilidade a organização das pastas das Reuniões de Conselho de Ministros e as Reuniões dos Secretários de Estado. De agosto 2004-2013, colocada na Direção de Serviços dos Recursos Humanos da Secretaria-Geral do MADRP, onde exerceu funções na área de Vencimentos, tendo à sua responsabilidade as aplicações de Vencimentos da Mobilidade Especial (SME), Secretaria-Geral (SG), Estrutura para a Missão da Plataforma Continental para os Assuntos do Mar (EMEPC), Direção-Geral das Políticas do Mar (DGPM) e do Gabinete de Prevenção e Intervenção dos Acidentes Marítimos (GPIAM), através da aplicação SRH. Em fevereiro 2013 a 02 de outubro de 2014 destacada para o Gabinete do Secretário de Estado das Florestas, e do Desenvolvimento Rural, para exercer funções de secretariado dos Adjuntos do Senhor Secretário de Es-